



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0002024-39.2025.6.05.8000
INTERESSADO : SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA CAPITAL
ASSUNTO : Pregão Eletrônico 90007/2025. Impugnação.

PARECER nº 351 / 2025 - PRE/DG/ASJURI

1. Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, para apreciação da Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico 90007/2025 (doc. nº 3449339) apresentada pela empresa INFINITY SERVIÇOS E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA (doc. nº 3467859).

2. A impugnação versa, em síntese, sobre a *"ausência de exigência de comprovação das cotas legais na habilitação"*, tendo a empresa aduzido:

"O edital em análise não prevê, de forma clara e obrigatória, que, na fase de habilitação, as empresas participantes comprovem:

1. o cumprimento da cota mínima de menores aprendizes, prevista no art. 429 da CLT;

2. o cumprimento da cota legal para pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 63, IV, § 1º, é expressa ao determinar que, na habilitação, seja exigida a declaração de cumprimento de reservas de cargos, observadas as disposições legais.

Trata-se de obrigação legal, de caráter objetivo, cogente e indisponível, que não pode ser flexibilizada, cuja comprovação é condição indispensável para a participação no certame.

A ausência dessas exigências no edital compromete a isonomia entre os licitantes e fragiliza a segurança jurídica da contratação, ao permitir que empresas em desconformidade com a legislação concorram em igualdade meramente formal, mas em efetiva desigualdade material, com aquelas que cumprem rigorosamente a lei — situação que gera desequilíbrio incompatível com os princípios que regem as licitações públicas.

2. DA NECESSIDADE DE PREVISÃO EXPRESSA SOB PENA DE INABILITAÇÃO

Não basta a exigência genérica de regularidade trabalhista. É fundamental que o edital estabeleça, de maneira clara e inequívoca, que:

I. a comprovação do cumprimento das cotas de aprendizes e de PCD deve ser apresentada no momento da habilitação;

II. a ausência dessa comprovação acarreta inabilitação imediata do licitante, como forma de resguardar a isonomia e a lisura do certame.

Ao exigir tal comprovação de todos os participantes, a Comissão reafirma seu papel de guardião da legalidade e da isonomia entre os concorrentes, assegurando

que a disputa se desenvolva em bases justas, transparentes e objetivas, em plena consonância com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021."

2.1. Ao final, a Impugnante pleiteia:

"a) a retificação imediata do edital, para incluir a exigência de comprovação do cumprimento das cotas de menores aprendizes (art. 429 da CLT) e de PCD (art. 93 da Lei nº 8.213/1991), no ato da habilitação;

b) a inclusão de dispositivo expresso no edital, prevendo que a ausência dessa comprovação acarretará a inabilitação automática do licitante, assegurando a legalidade, a igualdade de condições e a integridade do certame."

3. O Pregoeiro se manifestou "*pelo não acolhimento das razões do requerimento da impugnante*" (doc nº 3470829), tendo, antes, registrado:

"No que pertine a irresignação da impugnante, informamos que a questão da comprovação de que a empresa cumpre a reserva de vagas para PCD'S, e reabilitados da previdência social, de fato deve ser no momento da habilitação. Todavia cumpre esclarecer que esta comprovação dar-se-á no preenchimento da proposta, a empresa assinala em campo próprio do sistema que atende aos requisitos abaixo mencionados, sob pena de não participar do certame.

d) Declaração de cumprimento das exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021.

e) Declaração de cumprimento das exigências reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como reserva de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

Desse modo, a lei 14.33/2021 no art. 116, *caput*, e seu parágrafo único assevera que "na fase de habilitação foi imposto ao licitante **APRESENTAR DECLARAÇÃO**", conforme transcrito abaixo seguinte⁽¹⁾:

Art. 116, "caput", execução contratual – se na fase de habilitação foi imposto ao licitante apresentar a declaração no sentido de cumprir as exigências legais relativas aos deficientes, reabilitados da Previdência Social e menores aprendizes – reserva de cargos e regularidade perante a Seguridade Social e ao FGTS –, ao longo de toda a execução do contrato essa obrigação se mantém. É o que deflui do art. 116, "caput", que estende essa obrigatoriedade para outras "reservas de cargos previstas em outras normas específicas". (sic)

Art. 116, parágrafo único, fiscalização – autoriza e ampara o parágrafo único do art. 116 da nova Lei que a Administração contratante solicite ao contratado a comprovação no sentido de que durante a execução do contrato continua a cumprir a reserva de cargos declarada na licitação. Eis sua redação: "Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas".

Cabe à Administração, através do fiscal do contrato, fazer essa solicitação, a fim de que não se quedem ineficazes os avanços trazidos pela nova Lei e não sejam esvaziados direitos assegurados em normas legais e disciplinados em decretos.

Por esta razão, a [Lei nº 14.133/2021](#), nova lei de licitações, estabelece que a empresa deve apresentar uma declaração afirmando que cumpre a reserva de vagas, não sendo mais exigida a apresentação de certidão específica do Ministério do Trabalho. Embora a comprovação inicial seja na fase de habilitação, a empresa deve manter o cumprimento da reserva de vagas durante toda a execução do contrato."

3.1. Assim feito, submeteu a Impugnação à apreciação superior, sugerindo, na ocasião, a nossa oitiva.

É o breve Relatório.

4. Pois bem. Assiste total razão ao Pregoeiro. As exigências em pauta, na fase de habilitação, são atendidas mediante mera declaração das licitantes, inseridas no sistema em que os pregões desta Casa são desenvolvidos (Compras.gov.br), medida que vai ao encontro da Lei nº 14133/2021, que reza:

"Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

I - poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

(...)

V - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(grifos nossos)

5. E, de modo a não perder de vista o constante atendimento a tais regras (*reserva de cargos*), a nova lei de licitações indica da obrigatória verificação, pelo Contratante, durante a fase de execução contratual. Vejamos, *in verbis*:

"Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas."

(grifos nossos)

6. Sendo assim, não há como prosperar as alegações da Impugnante, vez que as condições do ato convocatório estão claramente alinhadas com a lei e regras vigentes.

7. Ademais, é preciso dizer que o TCU caminha no mesmo sentido, o que se pode constatar da leitura dos *excertos* abaixo:

Acórdão 162/2025-TCU-Primeira Câmara

" 22. Esta UT levanta a questão do equívoco da UJ, haja vista que **a declaração do cumprimento de vagas de aprendizes não é requisito de habilitação, mas sim uma das condições para a contratação, ou seja, são requisitos que devem ser observados após a fase de licitação**, sendo obrigação do contratado mantê-las durante toda a execução contratual, conforme art. 166, caput, da Lei 14.133/2021: (grifo nosso)

Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

23. Dessa forma, seria irregular a inabilitação do licitante declarado vencedor por não cumprir, durante a fase de habilitação, o quantitativo mínimo para reserva de cargos de aprendiz, uma vez que tal condição, de acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), é um requisito que se deve exigir dos contratados, não dos licitantes. (grifo nosso)

24. O art. 63, inc. IV, da Lei 14.133/2021 (NLLC), dispõe que na fase de habilitação será exigida do licitante declaração de cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, não fazendo menção à reserva de cargos para aprendizes especificamente,

que foi incluído apenas no art. 92, inc. XVII e no art. 166, caput, do mesmo diploma normativo:

Art. 63. Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

(...)

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(...)

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

(...)

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

25. Por sua vez, o art. 68 da NLLC, ao tratar dos requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista, não prevê a exigência de que o licitante declare cumprir a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz. (grifo nosso)

(...)

28. Isso porque tal exigência deveria ter sido verificada somente no momento da assinatura do contrato, além de que deveria ser oportunizado à empresa, em sede de diligência, que, pelo menos, comprovasse o empreendimento de esforços para o preenchimento de tais vagas. (grifos nossos)

29. Em que pese nos processos e entendimentos abaixo se tenha tratado da reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcD) e reabilitados da Previdência Social, entende-se que, por analogia, tal racional pode ser aplicado ao caso concreto, preservadas as peculiaridades de cada caso.

30. Esta Corte de Contas vem desenvolvendo um entendimento de que a certidão emitida pelo MTE é uma das formas de se evidenciar o cumprimento da exigência legal da reserva de cotas para PcD e reabilitados da Previdência Social. Contudo, não é a única. (grifo nosso)

31. Na mesma linha, a apresentação de certidão que ateste a inconformidade de licitante quanto ao requisito não é motivo suficiente para sua inabilitação. Assim, a certidão do MTE que atesta o não cumprimento do percentual estabelecido para PcD e reabilitados da Previdência Social não é suficiente, por si só, para inabilitar um licitante, sendo necessário que se abra espaço para que a empresa que prestou a declaração de cumprimento do item em tela reúna evidências da veracidade de sua declaração. (grifo nosso)

32. O entendimento dos dois parágrafos supraditos foi extraído do voto do Ministro relator Jorge Oliveira, o qual conduziu o Acórdão 523/2025-TCU-Plenário. (grifo nosso)

33. Nessa esteira, existem outras decisões deste Tribunal com pensamento semelhante, consoante aquilo que consta nos relatórios e votos que fundamentaram os Acórdãos 148/2025-TCU-Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler, 222/2025-TCU-Segunda Câmara, relator Ministro Augusto Nardes." (grifo nosso)

8. Ante todo o exposto, opinamos pelo não acolhimento da Impugnação apresentada pela empresa INFINITY SERVIÇOS E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA (doc. nº 3467859), mantendo-se, por consequência, as atuais condições do edital do Pregão Eletrônico 90007/2025 (doc. nº 3449339), tal qual originariamente expedido.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 21/08/2025, às 10:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3471899** e o código CRC **34480837**.